



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações de V.Sas. as Demonstrações das Demonstrações da Allianz Saúde S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
A Allianz Saúde (Seguradora) é uma empresa Controlada da Allianz Seguros, unidade brasileira do Grupo Allianz, que está presente em 70 países e acumula mais de 125 anos de história. Reconhecido por sua solidez financeira e alto coeficiente de solvência, o Grupo Allianz é um dos maiores do mundo em seguros e gestão de ativos, com mais de 92 milhões de clientes corporativos e de varejo, atendidos por 142 mil colaboradores.
Acordo de aquisição
Em 22 de agosto de 2019, a Allianz Seguros (Controladora) assinou o acordo de aquisição dos negócios de seguros de Automóvel e Ramos Elementares da Sul América Companhia Nacional de Seguros (SulAmérica). A operação foi adquirida por R\$ 3 bilhões e representa o compromisso e a confiança do Grupo Allianz no mercado brasileiro.
A transação está alinhada à estratégia de crescimento da Controladora, que visa atingir a liderança em mercados-chave, e representa mais um passo no reposicionamento estratégico dos negócios do Grupo Allianz na América Latina. A operação também permitirá investimentos adicionais em tecnologias digitais e para otimizar a operação e continuar a oferecer soluções inovadoras e de primeira linha para os clientes locais.
A transação está sob aprovação dos órgãos reguladores e fortalecerá a posição competitiva da Allianz no Brasil, ampliando a oferta de produtos e serviços com significativo aumento da presença geográfica da Seguradora no país.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	NOTA	2019	2018
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		149.633	114.052
Disponível.....		1.041	1.155
Realizável		148.592	112.897
Aplicações Financeiras.....	5	140.026	102.153
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	9,2	52.350	23.120
Aplicações Livres.....		87.676	79.033
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde.....	6	2.637	2.983
Prêmios a Receber.....		2.223	2.546
Participação de Beneficiários em Sinistros Indenizáveis.....		414	437
Despesas Diferidas.....		412	214
Créditos Tributários e Previdenciários.....	7	5.384	7.301
Bens e Títulos a Receber.....		133	244
Despesas Antecipadas.....		-	2
ATIVO NÃO CIRCULANTE		123.163	238.281
Realizável a Longo Prazo		123.058	238.143
Aplicações Financeiras.....	5	89.117	186.656
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas.....	9,2	40.312	88.009
Aplicações Livres.....		48.805	98.647
Créditos Tributários e Previdenciários.....	7	-	17.608
Títulos e Títulos a Receber.....	10,2	33.052	-
Depósitos Judiciais e Fiscais.....	10,1	889	33.879
IMOBILIZADO		8	105
Imobilizado de Uso Próprio.....		105	138
TOTAL DO ATIVO		272.796	352.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	308.580	1.696	(103.160)	207.116
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	233	-	233
Resultado Líquido do Exercício.....	-	-	4.171	4.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	308.580	1.929	(98.989)	210.520
Redução de Capital (NE 13.1).....	(50.000)	-	-	(50.000)
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	(865)	-	(865)
Resultado Líquido do Exercício.....	-	-	11.726	11.726
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	258.580	1.064	(87.263)	172.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Allianz Saúde S.A. (Seguradora), controlada da Allianz Seguros S.A., fundada em 2001, é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303. Sua capital social é composto por 85.338.862 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, controlada pela Allianz Seguros S.A. (Controladora) com participação de 99,998% e cujo controlador em última instância é a Allianz SE, Autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Seguradora opera com seguro saúde em grupo, cuja abrangência se dá em todo o território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435/2018.

Em 31 de dezembro de 2019, os fundos de investimentos anteriormente classificados como "Caixa e Equivalentes de Caixa", foram revisados e reclassificados para "Aplicações Financeiras Livres", mediante análise das suas características. Os saldos apurados em 31 de dezembro de 2018 estão sendo representados para fins de comparabilidade.

A metodologia utilizada para análise da sensibilidade (nota 4.2.1) foi reavaliada em 2019, visando equalizar os relatórios internos do Grupo Allianz, e a análise apresentada em 2018 está sendo representada para fins comparativos.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Seguradora e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da compreensão do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e das respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínuas e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações Financeiras
- Nota 6 - Créditos das Operações com Planos de Assistência à Saúde (Redução ao valor recuperável)
- Nota 7 - Créditos Tributários e Previdenciários
- Nota 9 - Provisões Técnicas
- Nota 10 - Depósitos e Provisões Judiciais

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2020.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Apuração do resultado

O regime de apuração de resultado é o de competência. As receitas com prêmios de seguros são reconhecidas mensalmente, de acordo com o período de vigência decorrido do contrato. Nos casos em que o prêmio é emitido antecipadamente em relação ao período de vigência, o valor é registrado na rubrica "Provisão de Prêmio Não Ganho".

3.2 Instrumentos Financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros aplicados pela Seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.2 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justificado acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.3 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das duas categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas nos resultados dos efeitos tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.4 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem, substancialmente, os "Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde".

3.2.5 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) as quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinado importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam, substancialmente, obrigações com fornecedores e contas a pagar.

Até a conclusão efetiva da operação, a Allianz Seguros e SulAmérica continuarão conduzindo seus negócios de maneira independente.

A evolução da Allianz Saúde

Desde sua fundação, a Seguradora opera exclusivamente com seguro empresarial. Da década de 1990 para cá, esse ramo passou por profundas mudanças e o mercado teve que inovar seus modelos operacionais e comerciais para mantê-lo sustentável.
Durante 2019, a Seguradora finalizou a integração do seguro saúde em seu novo modelo de negócio. Tal concretização possibilitou um produto 100% digital, ao seja, sem trânsito de papel. Houve redução de custos na gestão de clientes e os reembolsos passaram a ser totalmente online para todos os tipos de procedimentos, fazendo com que a Seguradora tenha um dos menores prazos de pagamento do mercado.

Reconhecimentos à Allianz Saúde

22º Top of Mind de RH
Em junho de 2019, foi a décima primeira vez que a Seguradora figurou no Top of Mind de RH na categoria "Seguro Saúde".
100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil
A Seguradora foi eleita uma das "100 Melhores Empresas em Satisfação dos Clientes no Brasil", figurando também entre as cinco primeiras colocadas em "Seguro Saúde".

Indicadores de desempenho

Resultado bruto
Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica atingiu R\$ 75 milhões (R\$ 54 milhões em 2018), representando crescimento na ordem de 38,3%, quando comparado ao exercício imediatamente anterior e impactada pela melhoria na relação prêmios x sinistros e variação das reservas técnicas.

	NOTA	2019	2018
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		82.982	102.923
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	9,1	52.016	83.997
Provisões de Prêmios.....		3.810	3.107
Provisão de Prêmios Não Ganho.....		3.468	2.759
Provisão para Remissão.....		342	348
Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS.....		3.667	3.956
Provisão de Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços.....		16.698	24.227
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados.....		27.349	52.707
Débitos de Operações de Assistência à Saúde.....		1.241	872
Prêmios a Restituir.....		21	96
Comercialização sobre Operações.....		1.328	886
Provisões.....		4.818	6.664
Provisão para Ações Judiciais.....	10,1	4.818	6.664
Tributos e Encargos Sociais a Recolher.....	11	1.901	2.142
Débitos Diversos.....	12	22.898	9.148
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.433	37.890
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde.....	9,1	155	83
Provisão para Remissão.....		155	83
Provisões.....		5.206	37.807
Provisões para Tributos Diferidos.....		709	1.286
Provisão para Ações Judiciais.....	10,1	4.497	36.521
Débitos Diversos.....	12	12.072	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.381	201.580
Capital Social.....	13	258.580	318.520
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	13	1.064	1.989
Prejuízos Acumulados.....	(8)	(263)	(98.989)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		272.796	352.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	308.580	1.696	(103.160)	207.116
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	233	-	233
Resultado Líquido do Exercício.....	-	-	4.171	4.171
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	308.580	1.929	(98.989)	210.520
Redução de Capital (NE 13.1).....	(50.000)	-	-	(50.000)
Ajustes de Instrumentos Financeiros.....	-	(865)	-	(865)
Resultado Líquido do Exercício.....	-	-	11.726	11.726
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	258.580	1.064	(87.263)	172.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.
Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudanças nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendendo, substancialmente, por equipamentos e veículos. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.
A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.5 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social (20% em 2018). A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, às taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.
O imposto diferido deve ser mensurado pelas alíquotas em que se espera serem aplicadas no momento pelo qual as diferenças temporárias forem revertidas. Neste sentido, aplicou-se a alíquota de 40% sobre as diferenças temporárias que se realizaram a partir do ano de 2019.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância à legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulares e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma atividade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a RN nº 393/2015 e alterações posteriores. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de operações de assistência à saúde estão classificadas conforme apresentado abaixo:

3.6.1 Provisão de Prêmios Não Ganhos

A Provisão de Prêmios Não Ganhos é constituída pela parcela do prêmio do seguro saúde, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *pro-rata die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado.

3.6.2 Provisão para Remissão

É constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão por morte do segurado titular, que garante aos beneficiários inscritos na apólice a cobertura prevista nas Condições Gerais, sem o pagamento do prêmio correspondente. O desembolso é determinado com base em cálculos atuariais, observando o disposto na RN nº 393/2015 da ANS, e alterações posteriores.

A provisão é calculada individualmente por beneficiário considerando o período de remissão, o valor médio dos sinistros da carteira por plano e faixa etária. O valor resultante do cálculo é ajustado a valor presente utilizando-se a taxa de juros livre de risco (SELIC).

3.6.3 Provisão de Sinistros a Liquidar para o SUS

A provisão é constituída com base nos pedidos de ressarcimento de despesas pelo uso do Sistema Único de Saúde (SUS), realizado por segurados conveniados da Seguradora. O reconhecimento ocorre no momento do recebimento do aviso, emitido pelo SUS.
A Seguradora analisa os casos individualmente e efetua o ressarcimento daqueles valores que efetivamente são devidos.

3.6.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data base das demonstrações financeiras.
Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de contratos vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os juízes judiciais cujos sinistros não estejam relacionados ao contrato são classificados como ação judicial. Caso um sinistro lançado inicialmente como provisão para ações judiciais for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização.

3.6.5 Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos sinistros que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros ocorridos ou pagos, distribuídos pelas datas de movimento e ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 60 períodos de desenvolvimento e agrupamento ano de ocorrência por trimestre de desenvolvimento.

3.7 Provisões, passivos e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.
Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

3.8 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos oferecidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de previdência definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário-base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/2000 e 12.832/2013, devidamente acordado com



4.2 Risco de seguros - Saúde

Responsabilidades por sinistros de saúde são estimadas utilizando-se técnicas atuariais de projeção de sinistros. Esses métodos extrapolam o desenvolvimento de sinistros para cada ano com base no desenvolvimento observado nos anos anteriores. Na maioria dos casos, nenhuma premissa externa é adotada já que as projeções se baseiam em premissas internas no desenvolvimento histórico dos sinistros nos quais as projeções estão baseadas.

Os planos de saúde coletivos são aqueles pagos pelo empregador ou pelo empregado via contrato de trabalho. Riscos de saúde e variações nos preços praticados são monitorados constantemente pela área de subscrição através de avaliações financeiras das empresas empregadoras com interesse no produto e prováveis aumentos deliberados pelo órgão regulador.

4.2.1 Análise de sensibilidade de sinistros

A análise de sensibilidade foi baseada na utilização de premissas atuariais que demonstram o estresse de cenários de sinistros, despesas e ressarcimentos. Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

	31/12/2019	31/12/2018
Premissas - teste de estresse		
Aumento de 5% na sinistralidade	(171.247)	(135.342)
Redução de 5% na sinistralidade	171.247	135.342
Aumento de 3% nas despesas administrativas	(102.748)	(81.205)
Redução de 3% nas despesas administrativas	102.748	81.205
Aumento de 1% na taxa de juros	(489.081)	(650.469)
Redução de 1% na taxa de juros	489.081	650.469

4.2.2 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a estimativa e acompanhamento de reservas e/ou flutuações ativas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo de planos, localização e redes de prestadores cadastrados.

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito no qual a Seguradora está exposta se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor rating avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora quanto também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados, pessoas físicas e pessoas jurídicas, durante o processo de aceitação dos riscos de risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus ratings. Os títulos financeiros foram baseados no rating local da agência Standard & Poor's (S&P).

Agência Classificadora	31/12/2019	
S & P Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brA+; brBBB+; brBBB-; brAA; brAA-	A1; A2; A3; Ba1; Ba2; Ba3
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	Baa1; Baa2; Baa3

Disponíveis para venda

Títulos de renda fixa públicos	220.427	-	-	220.427
Valor Justo por meio de resultado				
Quotas de fundos de investimentos	8.643	61	12	8.716
Total das aplicações financeiras	229.070	61	12	229.143

Emprestimos e recebíveis

Créditos de operações com planos de saúde *	-	5.240	5.240
Total	229.070	61	5.252 234.393

Agência Classificadora	31/12/2019	
S & P Fitch (escala local e equivalentes)	brAAA; brA+; brBBB+; brBBB-; brAA; brAA-	A1; A2; A3; Ba1; Ba2; Ba3; B1; B2; B3
MOODY'S	Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	Baa1; Baa2; Baa3

Disponíveis para venda

Títulos de renda fixa públicos	259.115	-	-	259.115
Valor Justo por meio de resultado				
Quotas de fundos de investimentos	28.856	473	367	(2) 29.694
Total das aplicações financeiras	287.971	473	367	(2) 288.809

Emprestimos e recebíveis

Créditos de operações com planos de saúde *	-	7.100	7.100
Total	287.971	473	367 7.098 295.909

*Excluindo valor de R\$ 2.603 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.117 em 31 de dezembro de 2018), referente a redução de R\$ 2.603 em recuperação de prêmios a receber.

4.3.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos produz análises em que são considerados os valores de mercado dos ativos e, a partir de diferentes cenários de taxa de juros, demonstra os impactos na solvência da Seguradora e resultado financeiro.

Há outras considerações importantes analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua da duração da carteira, casamento dos vencimentos dos ativos com os passivos atuariais e indexador dos papéis. Além disso, o Comitê de Investimentos estipula limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, consequentemente, a rentabilidade do mesmo. Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos. O teste de sensibilidade a mercado é realizado pela área de investimentos. O lucro de subscrição é adequadamente investido em títulos de juros nos ativos que compõem a carteira da Seguradora. Vale ressaltar que os investimentos em fundos de investimento e as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são pós-fixados, não apresentando, portanto, nenhum impacto quanto à variação de taxa de juros.

31/12/2019			
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda			
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	114.174	(5.445) 108.729
Pós-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	106.253	- 106.253
Outros-valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimentos	-	8.716	- 8.716
Totais		229.143	(5.445) 223.698

31/12/2018			
Classes	Premissas	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio líquido Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda			
Pré-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	133.407	(5.217) 128.190
Pós-fixados	Aumento de 4,5 p.p na taxa	125.708	- 125.708
Outros-valor justo por meio do resultado			
Fundos de investimentos	-	29.694	- 29.694
Totais		288.809	(5.217) 283.592

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofrem variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco, no curto prazo, de que as obrigações de pagamentos (correntes ou futuros) não possam ser cumpridas ou mediante condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e as obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da Seguradora é monitorado diariamente pelas áreas de riscos, *asset management* e tesouraria, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de estresse e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição ao risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco e prazo, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limite de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados trimestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais são descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

	31/12/2019
À vista ou sem vencimento	
Caixa e equivalente de caixa	1.041
Aplicações financeiras	8.716 131.310
Creditos das operações com planos de assistência à saúde	1.902 735
Bens e títulos a receber	- 133
Total dos ativos financeiros	11.659 132.178 41.777 47.340 229.143
Provisões técnicas	- 52.016 155
Débitos das operações de assistência à saúde	- 1.349
Débitos diversos	1.945 20.953 12.072
Total dos passivos	1.945 74.318 12.227 88.490

	31/12/2018				
	À vista ou sem vencimento	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalente de caixa	1.155	-	-	-	1.155
Aplicações financeiras	29.694	72.459	164.638	22.018	288.809
Creditos das operações com planos de assistência à saúde	1.197	1.784	-	-	2.981
Bens e títulos a receber	-	246	-	-	244
Total dos ativos financeiros	32.046	74.489	164.638	22.018	293.191
Provisões técnicas	-	83.997	83	-	84.080
Débitos das operações de assistência à saúde	-	972	-	-	972
Débitos diversos	3.132	6.016	-	-	9.148
Total dos passivos	3.132	90.985	83	-	94.200

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é inferior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas de fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

	31/12/2019					31/12/2018				
	até 1 ano	a 3 anos	anos 3 que 5	anos 5 que 7	Total	até 1 ano	a 3 anos	anos 3 que 5	anos 5 que 7	Total
Contas a Pagar e tesouraria	12	-	-	-	12	(3)	-	-	-	(3)
Letras Financeiras (LFT)	33	329	3.106	251	3.719	-	9.222	4.807	1.542	15.571
Letra Financeira (LF)	858	1.457	-	-	2.315	1.271	4.668	367	-	6.306
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	93	174	-	-	267	83	664	-	-	747
Débentures	251	1.140	849	163	2.403	112	2.396	3.704	861	7.073
Totais	1.247	3.100	3.955	414	8.716	1.463	16.950	8.878	2.403	29.694

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Seguradora. A Seguradora possui metodologias e processos de monitoramento e gestão de seus riscos operacionais, de maneira que estes possibilitem a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco reputacional é o risco de perda de imagem ou não de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora perante os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). As normas e políticas do Grupo Allianz devem ser seguidas por todas as suas subsidiárias com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo Allianz que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle da posição econômico-financeira da Seguradora. Os valores da margem de solvência e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observação do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir, em última instância, a repete de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Calculada em consonância com as regras de transição, estabelecida no artigo 6º e no anexo VII da RN ANS nº 209/2009, a margem de solvência e o patrimônio líquido ajustado estão assim apresentados:

	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio líquido contábil	172.381	211.520
(-) Despesas diferidas	(412)	(214)
(-) Despesas antecipadas	-	(2)
Provisão para ações tributárias	264	2.108
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	172.233	213.412
Margem de Solvência		
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 36 meses	82.735	90.163
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 60 meses	137.860	179.107
(C) Maior entre (A) e (B)	137.860	179.107
(D) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses	66.784	78.609
(E) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	123.934	141.734
(F) Maior entre (D) e (E)	123.934	141.734
X (Parcela mínima)	77,9%	70,5%
(MS) Margem de Solvência	130.897	160.420
Suficiência	41.336	52.992

* Conforme determinado pela RN nº 209/2009 e IN nº 50/2012 (DIOPE) - parágrafo único, aplica-se percentual regressivo sobre o montante registrado na rubrica "Obrigações legais", classificadas no passivo não circulante de 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2019 este percentual é de 2% sobre R\$ 13.178 (16% sobre R\$ 13.178 em 31 de dezembro de 2018).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: *inputs* cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.
 Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A classificação e composição por categoria, indexadores e taxas médias contratadas e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir:

	31/12/2019						
	Em até 1 ano ou indeter- minado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Indexador e taxa média de juros contra- tados a.a. %	
Títulos							
Disponíveis para Venda	131.310	63.588	25.529	220.427	96% 220.427	218.653	
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	16.798 18.416	35.214	15%	35.214 34.583	0,079
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	52.350	46.790	7.113 106.253	46%	106.253 106.247	SELIC
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	78.960	-	78.960	35%	78.960 77.823	0,093
Valor justo por meio de resultado	8.716	-	-	8.716	4%	8.716	8,716
Quotas de fundos de investimentos:	Nível 2	8.716	-	8.716	4%	8.716	8,716
Totais	140.026	63.588	25.529	229.143	100%	229.143	227.369

	31/12/2018					
	Em até 1 ano ou indeter- minado	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor justo	Indexador e taxa média de juros contra- tados a.a. %



o que foi deferido pelo Juízo, determinando que a União se manifeste, expressamente, sobre os depósitos efetuados no período de 19 de dezembro de 2008 até 06 de janeiro de 2015 e 04 de março de 2015, conforme requerido pela Autora.

Diante do exposto, a Seguradora obteve êxito parcial na ação. O tribunal manteve as comissões e excluiu os repasses efetuados aos médicos do campo de incidência do tributo patronal.

Neste contexto, em abril de 2019, a Seguradora providenciou a reversão da provisão judicial relacionada ao tema, no valor de R\$ 32.387. Para tanto, reverteu-se contra resultado a parcela referente aos médicos no valor de R\$ 20.541, sendo R\$ 11.223 na rubrica "Despesas administrativas" e R\$ 9.318 na rubrica "Receitas financeiras", e transferiu para a rubrica de "Débitos Diversos" no passivo não circulante o saldo de R\$ 11.846 relativo aos tributos agora devidos sobre as comissões pagas aos corretores, sendo atualizados monetariamente (NE 12).

Os depósitos judiciais constituídos nos autos do processo, que somam R\$ 32.387, foram reclassificados para a rubrica de longo prazo "Títulos e Créditos a Receber", sendo atualizados monetariamente. Por fim, a Seguradora está aguardando a conclusão de procedimentos administrativos e judiciais para reverter ao caixa a parcela do depósito judicial relativo aos médicos e utilizar o saldo remanescente para liquidar o saldo a pagar relativo aos corretores.

10.2.2 Notificações fiscais

Processos Administrativos nº 19515.005292/2008-61 (NFLD nº 37.012.407-3) e 19515.005293/2008-13 (NFLD nº 37.012.408-1)

Esses processos versam sobre a exigência de contribuições previdenciárias referentes ao período de apuração de abril a julho e novembro de 2003 sobre valores que deveriam ter sido retidos dos pagamentos aos trabalhadores sem vínculo empregatício. A Seguradora interpôs impugnação administrativa, julgada improcedente. Foi interposto recurso voluntário que aguarda julgamento. O montante provisionado é de R\$ 521 (R\$ 509 em 31 de dezembro de 2018).

10.3 Ações cíveis - não relacionadas a sinistros

Ações judiciais iniciadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas cujos pagamentos foram negados, seja pela inexistência de cobertura contratual ou pela inexistência do próprio contrato. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das indenizações e das despesas cuja probabilidade de perda é considerada provável. O montante provisionado é de R\$ 8.286 (R\$ 10.173 em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais no montante de R\$ 740 (R\$ 736 em 31 de dezembro de 2018). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 583 (R\$ 583 em 31 de dezembro de 2018).

10.4 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por empregados ou ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que encontram devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. O montante provisionado é de R\$ 508 (R\$ 535 em 31 de dezembro de 2018) e depósitos judiciais no montante de R\$ 149 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2018). O valor da causa cuja probabilidade de perda é considerada possível totalizou R\$ 122 (R\$ 5.257 em 31 de dezembro de 2018).

10.5 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O quadro abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros judiciais no exercício.

	31/12/2019	31/12/2018
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	1.125	626
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	1.782	1.577
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisões constituídas	197	254
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	173	-

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2019	31/12/2018
IOF e Contribuições Previdenciárias	447	370
Imposto de Renda Retido (IRRF)	685	792
PIS e COFINS	340	477
Outros	429	503
Totais	1.901	2.142

12. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	31/12/2019				Total	31/12/2018				Total
	A Vencer - Dias					A Vencer - Dias				
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido		1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	
Prestação de serviços terceiros	-	224	-	-	224	-	240	-	-	240
Contrato de aluguel	77	-	-	-	77	145	-	-	-	145
Obrigações com funcionários (a)...	594	2.185	1.281	-	4.060	266	2.483	1.332	-	4.081
Débitos de operações bancárias (b)	-	-	-	1.945	1.945	-	-	-	3.132	3.132
Fornecedores	208	-	-	-	208	26	-	-	-	26
Compartilhamento de despesas - Controladora (c)	-	15.167	-	-	15.167	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	786	-	-	-	786	939	-	-	-	939
Encargos sociais a recolher	-	-	431	-	431	-	449	-	-	449
Outras obrigações a pagar (d)	-	-	-	12.072	12.072	136	-	-	-	136
Totais	1.665	17.576	1.712	14.017	34.970	1.512	2.723	1.781	3.132	9.148

A DIRETORIA

ATUÁRIA:
Milena Farat Milani - MIBA nº 3107

16. PARTES RELACIONADAS

Allianz Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, sua controladora Allianz Seguros, seus diretores e demais membros-chaves da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05.

A remuneração paga aos diretores, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou em 31 de dezembro de 2019 R\$ 1.399 (R\$ 584 em 31 de dezembro de 2018).

A Seguradora compartilha com a sua controladora Allianz Seguros certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Allianz Seguros são beneficiários de seguro-saúde emitido pela Seguradora; (b) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Allianz Seguros; (c) custos administrados relacionados a comercialização de seguros; (d) custos com tecnologia da informação e marketing.

Com as demais empresas relacionadas a Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros saúde (S), prestação de serviços e serviços administrativos (P).

Partes relacionadas	Tipo	31/12/2019				31/12/2018			
		Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg									
Brasil S.A.	S	-	-	1.424	-	-	-	1.554	-
Allianz SE	P	-	-	-	(769)	-	-	-	(2.367)
Allianz Global Benefits									
GMBH	P	-	-	-	(21)	-	-	-	(12)
Allianz Seguros S.A.	S/P *	-	15.244	(1.625)	(1.502)	-	169	12.347	(1.744)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	S	-	-	1.564	-	-	-	1.340	-
AWP Service Brasil Ltda.	S	-	-	2.949	-	1	-	2.760	-
Totais	2	15.244	4.312	(2.292)	1	169	18.001	(4.123)	

(* O montante de R\$ 15.167 referente a custos administrativos devidos à Controladora está registrado no passivo na rubrica "Débitos Diversos" e no resultado na rubrica "Despesas administrativas" (NE 14.6).

17. CONCILIAÇÃO ENTRE LUCRO LÍQUIDO E FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais está assim apresentando:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado Líquido do Exercício	11.726	4.171
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	16.350	5.821
Depreciação	33	41
Reversão de Perdas por Redução do Valor Recuperável dos Ativos (Ganho)/Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível	(1.514)	(1.276)
Variação das Provisões Técnicas	(12.143)	12.847
Variação Outros Ativos e Passivos	2.518	751
Variação nas Contas Patrimoniais:		
Ativos Financeiros	58.801	5.362
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.837	4.893
Créditos Tributários e Previdenciários	7.493	2.521
Despesas Antecipadas	2	-
Outros Ativos	(32.918)	3.027
Depósitos Judiciais e Fiscais	205	(926)
Débitos Diversos	28.499	(2.553)
Impostos e Contribuições	(241)	(1.438)
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	377	(1.008)
Depósitos de Terceiros	(153)	(486)
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(19.964)	(23.028)
Passivo Fiscal Diferido	(577)	(102)
Provisões Judiciais	(3.603)	(3.005)
Imposto Sobre Lucros Pagos	(4.318)	(2.584)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	52.410	3.003

18. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020 ou exercícios posteriores. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
 - IFRS 17 - Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e será aplicável quando referendado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).
 - Resolução Normativa (RN) nº 435/2018 - Norma emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que prevê a divulgação em notas explicativas da realização do Teste de Adequação de Passivo - TAP incluindo as regras e os parâmetros utilizados a partir das demonstrações financeiras referente ao exercício de 2020.
 - Resolução Normativa (RN) nº 393/2015 e alterações posteriores - Normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que dispõe sobre orientações e critérios para a constituição das Provisões técnicas. A partir de janeiro de 2020, a norma inclui a constituição da Provisão para Insuficiência de Prêmios para a cobertura dos sinistros a ocorrer, quando constatada e Provisão para Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados ocorridos no SUS - PEONA SUS.
- Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

- As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
- Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
- A rubrica de "Compartilhamento de despesas" apresenta o montante correspondente a desembolsos financeiros assumidos pela Controladora (Allianz Seguros), efetuadas em condições de mercado.
- A rubrica de "Outras obrigações a pagar" em 2019, apresenta o montante atualizado relativo aos tributos devidos sobre as comissões pagas aos corretores (transferência ocorrida em abril de 2019, conforme NE 10.2.1).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social - Em 2019 o capital subscrito e integralizado passou de R\$ 308.580 composto por 101.840.285 ações, para o montante de R\$ 258.580 composto por 85.338.862 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mediante redução de capital no montante de R\$ 50.000 aprovada através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) em 31 de janeiro de 2019.

13.2 Ajuste de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2019 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 1.064 (R\$ 1.929 em 31 de dezembro de 2018).

13.3 Dividendos - Aos acionistas fica assegurado, pelo estatuto social da Seguradora, a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. Ao final do exercício o Conselho de Administração deliberou pela não distribuição de dividendos.

14. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	31/12/2019	31/12/2018
14.1 Prêmios retidos	333.922	393.044
Prêmios emitidos	380.231	436.287
Prêmios cancelados e restituídos	(46.309)	(43.243)
14.2 Tributos diretos das operações com planos de assistência à saúde	(7.646)	(3.112)
COFINS operacional	(6.756)	(2.677)
PIS operacional	(890)	(435)
14.3 Sinistros retidos	(248.206)	(338.525)
Sinistros avisados	(275.966)	(349.822)
Recuperação de sinistros	2.894	5.624
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	24.866	5.673
14.4 Despesas de comercialização	(34.604)	(29.881)
Comissão sobre prêmio emitido/agenciamento	(34.604)	(29.881)
14.5 Outras receitas / (despesas) operacionais	(2.391)	2.135
Reversão da redução ao valor recuperável	1.514	1.276
Provisão para contingência operacional	(2.118)	2.776
Manutenção da rede credenciada	(1.468)	(1.585)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(299)	(254)
Encargos sociais de operações com seguros	-	(241)
Material de produtos - marketing	(44)	(57)
Outras receitas	124	220
14.6 Despesas administrativas	(38.282)	(35.563)
Pessoal	(23.637)	(24.776)
Compartilhamento de despesas - empresa Controladora	(15.167)	-
Serviços de terceiros	(3.316)	(3.901)
Localização e funcionamento	(2.586)	(3.436)
Impostos	(2.027)	(1.716)
Publicidade e propaganda	(766)	(881)
Taxa de Saúde Suplementar	(166)	(219)
Contingências fiscais - reversão	11.223	-
Outras despesas administrativas	(1.820)	(634)
14.7 Resultado Financeiro	28.282	22.142
Receitas financeiras	28.890	37.278
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	15.456	18.468
Atualização de contingências fiscais - reversão	9.318	-
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.204	1.857
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	976	976
Operações de seguros	510	680
Atualização de depósitos judiciais - contingências fiscais (NE 10)	419	14.982
Juros Sêlic sobre impostos federais	340	315
Outras	667	-
Despesas financeiras	(608)	(15.136)
Atualização de contingências fiscais (NE 10)	(431)	(14.993)
Tarifas bancárias	(141)	(93)
Operações financeiras IOF	(36)	(23)
Outras despesas	-	(27)
14.8 Resultado patrimonial	-	30
Receita na alienação de bens do ativo permanente	-	25
Outros resultados patrimoniais	-	5

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Saldos em 31/12/2019	Saldos em 31/12/2018
Resultado antes dos impostos e após as participações	28.076	9.992
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	(7.019)	(2.498)
CSLL - 15% / 20%	(4.211)	(1.998)
Efeito das (adições)/exclusões:		
Ajustes permanentes	(108)	(348)
Provisões para contingências fiscais e cíveis	7.545	645
Provisões para perdas	606	574
Provisões com funcionários	130	717
Outras provisões	(448)	841
Compensação e incentivos fiscais	1.187	778
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.318)	(1.289)
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(14.032)	(4.532)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(16.350)	(5.821)

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5